



**ESCOLA DE APERFEIÇOAMENTO DE OFICIAIS**

**CAP INF RODRIGO TRAJANO CAVALCANTI BEZERRA**

**A IMPORTÂNCIA DA INSERÇÃO DOS ESTUDOS NA ÁREA DE DEFESA NO  
MEIO ACADÊMICO BRASILEIRO**

**Rio de Janeiro  
2019**



**ESCOLA DE APERFEIÇOAMENTO DE OFICIAIS**

**CAP INF RODRIGO TRAJANO CAVALCANTI BEZERRA**

**A IMPORTÂNCIA DA INSERÇÃO DOS ESTUDOS NA ÁREA DE DEFESA NO  
MEIO ACADÊMICO BRASILEIRO**

Trabalho acadêmico apresentado à Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais, como requisito para a especialização em Ciências Militares com ênfase em Educação.

**Rio de Janeiro  
2019**



**MINISTÉRIO DA DEFESA  
EXÉRCITO BRASILEIRO  
DECEX - DESMI  
ESCOLA DE APERFEIÇOAMENTO DE OFICIAIS  
(EsAO/1919)**

**DIVISÃO DE ENSINO / SEÇÃO DE PÓS-GRADUAÇÃO**

**FOLHA DE APROVAÇÃO**

Autor: **Cap Inf RODRIGO TRAJANO CAVALCANTI BEZERRA**

Título: **A IMPORTÂNCIA DA INSERÇÃO DOS ESTUDOS NA ÁREA DE DEFESA NO MEIO ACADÊMICO BRASILEIRO.**

Trabalho Acadêmico, apresentado à Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais, como requisito parcial para a obtenção da especialização em Ciências Militares, com ênfase em Educação, pós-graduação universitária lato sensu.

APROVADO EM \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_ CONCEITO:

**BANCA EXAMINADORA**

<b>Membro</b>	<b>Menção Atribuída</b>
<b>JOBEL SANSEVERINO JÚNIOR - Maj</b> Cmt Curso e Presidente da Comissão	
<b>EDVALDO NUNES NASCIMENTO JÚNIOR - Maj</b> 1º Membro	
<b>GEDILSON SILVA DA SILVA - Cap</b> 2º Membro e Orientador	

**RODRIGO TRAJANO CAVALCANTI BEZERRA – Cap**  
Aluno

# A IMPORTÂNCIA DA INSERÇÃO DOS ESTUDOS NA ÁREA DE DEFESA NO MEIO ACADÊMICO BRASILEIRO

Rodrigo Trajano Cavalcanti Bezerra\*  
Gedilson Silva Da Silva\*\*

## RESUMO

O Século XXI é caracterizado pelas mudanças na ordem mundial e surgimento de diversos atores e ameaças oriundas do fim da Guerra Fria. A preocupação do Brasil com sua relevância Geoestratégica e o futuro desafiador frente aos riscos e as incertezas das questões de segurança, soberania e proteção de suas riquezas naturais, está inserido nessa realidade. Nesse contexto, o Livro Branco de Defesa Nacional e a Política e Estratégia Nacional de Defesa são marcos que balizam o posicionamento do país e apontam as ações a serem implementadas para a ampliação do conhecimento em Defesa Nacional por meio do sistema educacional. Neste propósito, o presente trabalho busca identificar o andamento da disseminação da temática no campo acadêmico e a contribuição dos programas e iniciativas para a conscientização da sociedade brasileira sobre o tema. Para atingir esse objetivo, a pesquisa está orientada em uma revisão bibliográfica do que se tem produzido sobre o assunto a fim de proporcionar considerações e sugestões para uma maior sinergia entre a Defesa e a Educação.

**Palavras-chave:** Política Nacional de Defesa. Estratégia Nacional de Defesa. Cooperação Acadêmica. Cultura de Defesa.

## RESEÑA

El Siglo XXI se caracteriza por los cambios en el orden mundial y la aparición de diversos actores y amenazas provenientes del final de la Guerra Fría. La preocupación de Brasil con su relevancia Geoestratégica y el futuro desafiante frente a los riesgos y las incertidumbres de las cuestiones de seguridad, soberanía y protección de sus riquezas naturales, está inserto en esa realidad. En ese contexto, el Libro Blanco de Defensa Nacional y la Política y Estrategia Nacional de Defensa son marcos que balizan el posicionamiento del país y apuntan las acciones a ser implementadas para la ampliación del conocimiento en Defensa Nacional a través del sistema educativo. En este propósito, el presente trabajo busca identificar el progreso de la disseminación de la temática en el campo académico y la contribución de los programas e iniciativas para la concientización de la sociedad brasileña sobre el tema. Para alcanzar ese objetivo, la investigación está orientada en una revisión bibliográfica de lo que se ha producido sobre el tema a fin de proporcionar consideraciones y sugerencias para una mayor sinergia entre la Defensa y la Educación.

**Palabras-clave:** Política Nacional de Defensa. Estrategia Nacional de Defensa. Cooperación Académica. Cultura de Defensa.

---

\* Capitão da Arma de Infantaria. Bacharel em Ciências Militares pela Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN) em 2010.

\*\* Capitão da Arma de Infantaria. Pós-Graduado em Ciências Militares pela Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais (ESAO) em 2006.

## 1 INTRODUÇÃO

No final do Século XX com o desmantelamento da União Soviética e o fim da Guerra Fria, o fenômeno da globalização emergiu acompanhado de profundas alterações no sistema internacional. Dentre elas, a abertura das fronteiras e a formação de blocos econômicos.

Nesse contexto, também surgiu novos atores e ameaças que desafiam a segurança em escala mundial. O aparecimento de novas entidades que almejavam um poder paralelo ao do Estado, permanecem presentes no Século XXI sob a forma de organizações terroristas, movimentos guerrilheiros e o crime organizado. As relações de poder entre países e a capacidade de projetar força para consecução dos seus interesses, foram incrementadas com uma atenção especial a Segurança Nacional.

Nessa perspectiva, o Poder Militar apresenta-se como um instrumento dissuasório de que dispõe o Estado para desencorajar ações hostis e preparar-se para o enfrentamento de ameaças latentes. Além disso, na particularidade do Brasil, soma-se a necessidade de proteger suas riquezas naturais e manter sua soberania por todo seu território e águas jurisdicionais. O desenvolvimento de capacidades das Forças Armadas para cumprir sua missão constitucional de Defesa da Pátria, exige engajamento de diversos setores da sociedade para priorizar políticas públicas e a realocação de recursos destinados a este fim. O ambiente estratégico do século XXI, corrobora essa necessidade decorrente do horizonte de incertezas que se projetou no período Pós-Guerra Fria.

Novos Temas – ou novas formas de abordar temas tradicionais - passaram a influir no ambiente internacional deste século. As implicações para a proteção da soberania, ligadas ao problema mundial das drogas e delitos conexos, a proteção da biodiversidade, a biopirataria, a defesa cibernética, as tensões decorrentes da crescente escassez de recursos, os desastres naturais, os ilícitos transnacionais, os atores terroristas e a atuação de grupos armados à margem da lei explicitam a crescente transversalidade dos temas de segurança e defesa. Diante deles, o Brasil reconhece – em respeito às provisões da Constituição – a necessidade de políticas coordenadas entre diferentes órgãos de governo. (LBDN, 2012, p.32).

O Livro Branco de Defesa Nacional (LBDN), juntamente com a Estratégia Nacional de Defesa (END) e Política Nacional de Defesa (PND), são documentos do mais alto nível que servem para elucidar as atividades de Defesa no Brasil. A

PND, salienta a atenção que deve ser dada atualmente ao envolvimento da nação brasileira nas preocupações dos assuntos atinentes a defesa do país.

Após longo período livre de conflitos que tenham afetado diretamente o território e a soberania nacional, a percepção das ameaças está desvanecida para muitos brasileiros. No entanto, é imprudente imaginar que um país com o potencial do Brasil não enfrente antagonismos ao perseguir seus legítimos interesses. Um dos propósitos da Política Nacional de Defesa é conscientizar todos os segmentos da sociedade brasileira da importância da defesa do País e de que está é um dever de todos os brasileiros. (LBDN, 2012,p.287).

Diante disso, é fundamental a premência de recursos humanos especialistas em Defesa em diversas áreas do saber, a fim de somar aos conhecimentos da esfera militar, novas perspectivas para solucionar problemas de uma forma mais abrangente e serem difusores para novas gerações de uma mentalidade de Defesa. Nessa linha de raciocínio, o campo acadêmico aponta como um propagador de idéias que contribuirá na promoção dessa temática entre os brasileiros por meio da Educação. A Estratégia Nacional de Defesa, por sua vez, contempla como uma de suas Ações Estratégicas relacionadas a área de Ensino, o interesse de impulsionar o debate, a pesquisa científica e cursos sobre Defesa no nível superior.

Promover maior integração e participação dos setores civis governamentais na discussão dos temas ligados à defesa, através, entre outros, de convênios com Instituições de Ensino Superior e do fomento à pesquisa nos assuntos de defesa, assim como a participação efetiva da sociedade brasileira, por intermédio do meio acadêmico e de institutos e entidades ligados aos assuntos estratégicos de defesa. (END, 2012, p.41).

Isto posto, os esforços para o desenvolvimento colaborativo e participativo de uma Educação com maior incremento da temática Defesa, visa despertar um maior interesse dos civis sobre a área. Nessa ótica, O Ensino Superior apresenta-se como um instrumento que permiti uma reflexão acadêmica mais aprofundada.

## 1.1 PROBLEMA

A fim de nortear o presente estudo foi identificado o seguinte problema: “A conscientização da sociedade acadêmica brasileira nas questões de Defesa está

consolidada?”. Dessa forma, os programas e atividades de incentivo a propagação do tema no meio acadêmico em cooperação com instituições civis, aliado aos desafios futuros dos assuntos de Defesa no país no cenário do século XXI, torna-se alvo de pesquisa deste trabalho.

## 1.2 OBJETIVOS

O presente trabalho tem como objetivo geral analisar a importância da inserção dos estudos da temática Defesa no meio acadêmico brasileiro. Para tal, foram delineados os seguintes objetivos específicos:

- a) Apresentar aspectos significativos em comum da Política Nacional de Defesa, da Estratégia Nacional de Defesa e do Livro Branco de Defesa Nacional no que se refere ao tema;
- b) Verificar a relevância do Programa de Apoio ao Ensino e a Pesquisa Científica e Tecnológica em Defesa Nacional (Pró-Defesa);
- c) Inferir a importância dos Estudos de Defesa na sociedade acadêmica do país de forma integrada entre civis e militares no século XXI;

## 1.3 JUSTIFICATIVAS E CONTRIBUIÇÕES

O presente trabalho serve para constatar como referenciais de pesquisa os documentos da PND, END e do LBDN, para o alinhamento das ações estratégicas a serem disseminadas sobre a Defesa Nacional;

O entorno estratégico em que o país está inserido atrelado a incerteza das ameaças resultantes da globalização, necessitará de aperfeiçoamentos na sua forma de tratar os assuntos ligados à Defesa. Nesse contexto, a sinergia entre civis e militares para uma maior participação da sociedade acadêmica nos estudos de Segurança e Defesa contribui no desenvolvimento nacional e em políticas públicas mais consistentes para o Estado.

A introdução da temática de Defesa no meio acadêmico é devido a este ser um propagador de idéias, sendo, por conseguinte, um dos objetivos estratégicos do Exército o fomento a pesquisa e ao debate nesse assunto em cooperação com instituições civis.

A formação de especialistas civis em Defesa pode auxiliar em um maior envolvimento da nação nos Estudos da Paz e da Guerra e no entendimento da

necessidade de Gestão de Recursos para a área. Dessa forma, possibilita que recursos humanos especializados na referida temática, possam contribuir na conscientização da sociedade para a importância que deve ser dada aos assuntos de Defesa no Brasil.

## **2 METODOLOGIA**

A pesquisa que foi realizada no presente trabalho classifica-se como qualitativa, onde os dados serão analisados pelo pesquisador por meio de um estudo exploratório para alcançar conclusões. Os aspectos que foram estudados ocorreram por meio de uma pesquisa bibliográfica.

Para a condução da pesquisa, foi realizada uma revisão de diversa bibliografia, incluindo trabalhos acadêmicos, documentos oficiais, papers, revistas, artigos científicos e outras fontes abertas enquadradas nos assuntos relativos à Defesa.

A análise e coleta de dados ao longo da investigação buscaram o fichamento das fontes e a leitura analítica, por meio de uma revisão da literatura para inferir conclusões com base no objetivo geral. Esta opção se justifica, pela importância de se construir considerações finais na discussão dos resultados encontrados, complementadas por fontes de informação que tenham vínculo com o tema e que também contribuam para atingir os objetivos específicos.

Neste âmbito, o trabalho está estruturado em três partes. Em um primeiro momento discute-se a Segurança e a Defesa em sua base conceitual, com aporte de referenciais bibliográficos de alto nível sobre Política e Estratégia de Defesa Nacional. Desta forma, pretende-se compreender elementos basilares para compreensão do tema e o direcionamento das ações estratégicas na área de ensino sobre a temática.

Na segunda parte, o estudo está focado em elencar os programas e iniciativas existentes que incentivam a pesquisa e o fomento do pensamento acadêmico na área de Defesa. Os esforços e reflexos do Programa Pró-Defesa são abordados com maior enfoque, devido a proximidade deste com os objetivos do trabalho.

Em um terceiro momento, busca-se uma leitura dos desafios decorrentes do cenário de defesa que se projeta para o século XXI, inferindo a interdisciplinaridade dos assuntos de defesa com outras áreas do conhecimento e da integração entre



civis e militares na promoção de uma cultura de defesa, que permita uma visão mais abrangente de enfrentamento à complexidade das questões de segurança e defesa e também um maior envolvimento da sociedade brasileira neste assunto.

Por fim, pretende-se concluir que o interesse político-estratégico positivado em documentos nacionais para um maior envolvimento dos civis nas questões de Defesa Nacional, estão alinhados com as ações desenvolvidas no meio acadêmico, em apoio ao ensino e a pesquisa em Defesa no país. Entretanto, buscar-se-á analisar se os esforços governamentais que contribuíram para consolidar a conscientização da sociedade acadêmica brasileira.

### **3 RESULTADOS E DISCUSSÃO**

#### **3.1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS SOBRE A CONSCIENTIZAÇÃO DA TEMÁTICA DE DEFESA NO BRASIL**

Em seu contexto histórico, os primeiros passos na produção de uma Política de Defesa Nacional (PND) ocorreram em 1995 envolvendo civis e militares, seguido de uma revisão em 1999 com a criação do Ministério da Defesa (MD), resultando também na publicação da Estratégia Nacional de Defesa (END) em 2008. Para complementar a visão governamental a respeito da Defesa, ocorreu em 2012 o lançamento do Livro Branco de Defesa Nacional (CÔRREA, 2014).

Segundo PAIVA (2018), foi em 2008 com a END, que se constatou os pontos vulneráveis e a necessidade de programar um dos objetivos nacionais da PND relacionado a relevância do desenvolvimento de uma “Cultura de Defesa” na sociedade brasileira.

Na visão das Forças Armadas e do MD, grosso modo, uma cultura de defesa consolidada significaria ter a conscientização popular de que os projetos da defesa são associados ao desenvolvimento do próprio país, inclusive sendo as tecnologias empregadas e desenvolvidas nos projetos da defesa detentoras de um potencial dual, ou seja, tecnologias para uso civil e militar.(PAIVA, 2018).

Os direcionamentos estratégicos para a conscientização da sociedade sobre a temática de Defesa no Brasil estão presentes no LBDN, PND e na END. Para compreender melhor o alinhamento das ações apresentadas nesses documentos de referência no assunto, é preciso ressaltar primeiramente aspectos conceituais

relativos a Defesa e Segurança. De acordo com a Política Nacional de Defesa, adotam-se os previstos conceitos:

I-Segurança é a condição que permite ao País preservar sua soberania e integridade territorial, promover seus interesses nacionais, livre de pressões e ameaças, e garantir aos cidadãos o exercício de seus direitos e deveres constitucionais. II-Defesa Nacional é o conjunto de medidas e ações do Estado, com ênfase no campo militar, para a defesa do território, da soberania e dos interesses nacionais contra ameaças preponderantemente externas, potenciais ou manifesta, (LBDN, 2012, p.288).

A PND apresenta como um de seus Objetivos Nacionais de Defesa, o de “conscientizar a sociedade brasileira da importância dos assuntos de Defesa”, (LBDN, 2012, p.294). Alinhada com esta, a END ressalta que uma mudança no pensamento sobre as questões de Defesa é necessária para acompanhar o desenvolvimento do país e o conseqüente preparo de suas Forças armadas para defender seus interesses e preservá-lo de ameaças.

Não é evidente para um País que pouco trato teve com guerras, convencer-se da necessidade de defender-se para poder construir-se. Não bastam, ainda que sejam proveitosos e até mesmo indispensáveis, os argumentos que invocam as utilidades das tecnologias e dos conhecimentos da defesa para o desenvolvimento do País. Os recursos demandados pela defesa exigem uma transformação de consciências, para que se constitua uma estratégia de defesa para o Brasil, (LBDN, 2012, p. 299).

Na parte introdutória do Livro Branco de Defesa Nacional, o Ministro da Defesa (Celso Amorim - 2012), sintetiza a relevância da contribuição do estreitamento entre civis e militares, enfim, de todos os cidadãos, na participação efetiva nas políticas públicas relacionada a Defesa do Brasil.

Hoje, temas relacionados com a Defesa Nacional devem envolver o conjunto da sociedade brasileira. Desde o advento da Estratégia Nacional de Defesa as políticas públicas que lhe dizem respeito devem ser definidas de forma concertada. Ao incorporar em sua essência a ideia de que as decisões de paz e guerra não estão destacadas da soberania popular, o Livro Branco permitirá o tratamento democrático dos assuntos de defesa. A Política de Defesa responde aos interesses da sociedade e do Estado. O esforço de criação e revisão dos documentos legais no campo da defesa nacional, inclusive do Livro Branco de Defesa, contribuirá para estreitar ainda mais esse vínculo. (LBDN, 2012,p.13).

Nessa perspectiva, a divulgação dos conhecimentos basilares para contribuir na promoção de um pensamento em Defesa no Brasil, pode ser encontrado nos documentos oficiais citados anteriormente, que orientam e disseminam a importância de inculcar uma mentalidade de defesa na sociedade que se coadune com o despertar de consciências para a relevância da área.

De acordo com a maneira com que o termo “Cultura de Defesa” tem sido tratado na academia brasileira, o conceito é associado ao pensamento e formulação das políticas de defesa nacional e significa a conscientização da sociedade como um todo da tradição, do conhecimento da defesa e sua agenda, a fim de gerar ou assimilar uma mentalidade de defesa. (PAIVA, 2018).

### 3.2 DIFUSÃO DO CONHECIMENTO EM DEFESA NO MEIO ACADÊMICO

Conforme a END, “Toda a estratégia nacional repousa sobre a conscientização do povo brasileiro quanto à importância central dos problemas de defesa”. Nessa ótica, observa-se ainda que esse documento entenda o Ensino Superior como um difusor de ideias e um meio de ampliação do conhecimento e debate sobre o tema.

Um interesse estratégico do Estado é a formação de especialistas civis em assuntos de defesa. No intuito de formá-los, o Governo federal deve apoiar, nas universidades, um amplo espectro de programas e de cursos que versem sobre a defesa. (LBDN, 2012, p.351).

Com o intuito de incentivar os estudos na área de defesa no meio acadêmico, a END contempla diversas ações a serem implementadas para um maior envolvimento da sociedade acadêmica, como cursos, programas, simpósios, seminários, congressos, pesquisas, sendo todas essas iniciativas a fim de estimular a discussão sobre a temática Defesa Nacional.

O Ministério da Defesa e a Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República intensificarão a divulgação das atividades de defesa, de modo a aumentar sua visibilidade junto à sociedade, e implementarão ações e programas voltados à promoção e disseminação de pesquisas e à formação de recursos humanos qualificados na área, a exemplo do Programa de Apoio ao Ensino e à Pesquisa Científica e Tecnológica em Defesa Nacional (Pró-defesa). (LBDN,2012, p. 350).

Segundo Ceron (2012, p.88) “O Programa de Apoio ao Ensino e a Pesquisa

Científica e Tecnológica em Defesa Nacional é um passo significativo dado na direção de um campo acadêmico consolidado na área de Defesa no Brasil”. O Programa Pró-Defesa apresenta os seguintes objetivos:

Implantar redes de cooperação acadêmica e na área de Defesa Nacional no País; formar recursos humanos em nível de pós-graduação stricto-sensu; promover o intercâmbio de conhecimentos na comunidade acadêmica brasileira; estimular parcerias entre instituições de ensino superior, centro de estudos estratégicos e instituições militares de ensino e pesquisa; e promover o diálogo entre especialistas, civis e militares, acerca de assuntos atinentes a Defesa Nacional; (LBDN, 2012, p.186).

Conforme Paiva (2018) “Com mais incentivo à pesquisa, cresceu o número de programas de pós-graduação com essas linhas de pesquisa e conseqüentemente, o interesse de estudantes de graduação e pós-graduação”. Essa crescente (Tabela 1) nos resultados dos dois primeiros editais de atividades de incentivo a pesquisa, pode ser observado por meio do pioneirismo do Programa de Apoio ao Ensino e à Pesquisa Científica e Tecnológica em Defesa Nacional (Pró-Defesa). Cabe ressaltar que o referido Programa persiste até os dias atuais em sua quarta edição, no fomento a pesquisa no campo acadêmico.

**TABELA 1:** Resultados do quantitativo de projetos, instituições civis e militares envolvidas e da formação de recursos humanos no Programa Pró-Defesa no período 2016-2012.

<b>PRÓ-DEFESA</b>	<b>Edital I— 2005 (2006 — 2010)</b>	<b>Edital — 2008 (2008 — 2012)</b>
Projetos inscritos / selecionados	42 / 11	23 / 16
Instituições civis	15	25
Instituições militares	10	18
Formação de Recursos humanos	15 doutores 44 mestres	15 doutores 30 mestres (previsão)

Fonte: Ministério da defesa. (LBDN, 2012, p.186)

O pioneirismo do Pró-Defesa I em 2005, programa oriundo da parceria entre Ministério da Defesa e da Educação, produziu um efeito sinérgico positivo na formação de recursos humanos, ampliando o conhecimento sobre Defesa em um formato de cooperação acadêmica com instituições civis. Nessa perspectiva, o Pró-Defesa II, III e IV estão dando continuidade até os dias atuais em conformidade com oitavo objetivo nacional de defesa da PND e com uma das ações estratégicas relacionadas ao ensino da END, onde ambas se convergem para o desenvolvimento do pensamento de defesa na sociedade civil, incluindo o meio acadêmico.

O Acordo de Cooperação Técnica Nr 07-2018 firmado entre o MD e a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) relativo ao Pró-Defesa IV, corrobora a manutenção do direcionamento estratégico das ações nos dias atuais, conforme pode ser observado no objetivo geral do documento.

O Programa de Apoio ao Ensino e à Pesquisa Científica e Tecnológica em Defesa Nacional – PRÓ-DEFESA tem por objetivo estimular no País a realização de projetos conjuntos de pesquisa utilizando-se de recursos humanos e de infraestrutura disponíveis em diferentes Instituições de Ensino Superior (IES), Instituições de Ciência e Tecnologia (ICTs) ou Instituições Militares de Ensino e Pesquisa e enquadráveis nos termos deste Edital, possibilitando a produção de pesquisas científicas e tecnológicas e a formação de recursos humanos pós-graduados em Defesa Nacional, contribuindo, assim, para desenvolver e consolidar o pensamento brasileiro nessa área. (CAPES 2018 – Site do MD)

Na área de Defesa Nacional, o MD concretiza outras iniciativas de incentivo aos estudos do tema, como os Congressos anuais nas escolas de formação das Forças Armadas com a participação de estudantes civis, a realização de Curso de Extensão em parceria com Instituições de Ensino Superior, concursos de dissertações, teses e monografias nessa linha de pesquisa. Tudo isso demonstra os esforços realizados a fim de disseminar o conhecimento na sociedade acadêmica brasileira e incutir uma mentalidade de Defesa que conscientize estudantes, professores e pesquisadores sobre a relevância da temática para o país.

### 3.3 DESAFIOS E REFLEXÕES SOBRE O CENÁRIO DE DEFESA NO SÉCULO XXI

A Assessoria Especial de Planejamento (ASPLAN) do Ministério da Defesa elaborou em 2017 um instrumento de análise de cenários prospectivos com consequências para a Defesa do Brasil, em uma projeção futura de 2020-2039. Esse trabalho fez constar pontos relevantes para identificar o futuro desafiador a ser enfrentado pelo país no âmbito da proteção nacional.

Neste propósito, foram elencadas as ameaças prováveis com implicações sobre a segurança e defesa, dentre elas a Dependência tecnológica, a Escassez mundial de recursos naturais, a Manipulação da opinião pública, Terrorismo, Crime organizado transnacional, Tensões sociais no Brasil, Hostilidades contra cidadãos e bens brasileiros no exterior, Insuficiente capacidade operacional das Forças

Armadas, Insegurança de sistemas de informação, Catástrofes naturais e pandemias, Fricções e tensões na América do Sul e Militarização do Atlântico Sul (ASPLAN-MD 2017).

Diante do exposto, é possível notar a diversidade de riscos e problemas que exigirão novas capacidades e investimentos nas Forças Armadas brasileiras para cumprirem sua missão constitucional. Tal fato gera impactos orçamentários e alerta um engajamento social e político para criação e aprovação de medidas que proporcionem ao Estado Brasileiro um enfrentamento eficaz. No livro, Geopolítica Mundial e do Brasil para o século XXI, o autor ressalta esse aspecto.

O Brasil pode, com algumas limitações, ter condições de superar todos os requisitos para assumir posição de primeira grandeza no cenário internacional, gerar melhorias para sua gente e garantir a própria segurança e dos vizinhos no seu entorno estratégico. Cabe ao Estado e à sociedade conceber políticas e estratégias para a plena utilização do espaço nacional. (PEREIRA, 2018, p.299).

No que tange a participação da sociedade nas questões de Defesa para reforçar a legitimidade e contribuir para o aperfeiçoamento das políticas públicas e de Estado, o debate sobre Defesa deve ser inserido na agenda política e tratado de forma democrática com opiniões de todos os segmentos da sociedade. Sendo assim, as perspectivas de investimentos e a atuação nesse campo serão mais significativas e com maior representatividade (CERON, 2012, p. 71).

No Brasil, segundo Corrêa (2014) “o assunto Defesa possui pouco apelo e interesse por parte da sociedade em geral. Além disso, apresenta reduzido atrativo político e não é culturalmente estudado”.

Por outro lado, uma consciência cidadã está sendo desenvolvida nos estudantes universitários relacionado a defesa. Essa difusão de conhecimentos no nível superior atualmente vai gerar no futuro profissionais civis formados em diversas áreas com conhecimentos sobre defesa em condições de se posicionar perante a sociedade devido a multidisciplinaridade dos assuntos com áreas afins como as Relações Internacionais e Ciência Política.

“É na pós-graduação que as iniciativas vem apresentando resultados mais consistentes em estimular o estudo, a pesquisa e o pensamento de temas ligados à defesa, envolvendo cada vez mais a população brasileira neste assunto (HIROSHI, 2018, p.71).

O ensino e proliferação do tema Defesa neste século, não é apenas uma preocupação do Brasil. A fim de fazer um comparativo com Modelos de Educação para a Cultura de Segurança e Defesa em um país europeu como Portugal, buscase uma percepção inovadora de política e programas de ensino que sirvam para subsidiar sua aplicação no Brasil. O Strategic Paper 1-2013 do Instituto de Defesa Nacional de Portugal dispõe sobre esse assunto.

A segurança e a defesa lidam, obviamente, com profundas questões éticas e morais, na medida em que, em última análise, aquelas não só visam proteger a (boa) vida dos homens, mas podem ser obrigadas a utilizar a coação e mesma a eliminação de outros que atentem contra os valores de uma dada sociedade. Tem toda a lógica, assim, integrar as questões de segurança e defesa no âmbito da educação para a cidadania e no quadro de relação cívica que delineia a vida política das democracias contemporâneas. (DUARTE, 2013, p.1).

O Referencial de Educação para a Segurança, a Defesa e a Paz, constitui um documento do sistema educativo desenvolvido pela parceria entre o Ministério da Defesa Nacional e o Ministério da Educação e Ciência de Portugal, que orienta o estudo desses temas na Educação para a cidadania, para as faixas etárias que ainda não alcançaram o ensino superior daquele país. Observa-se que a Concepção Estratégica de Defesa Nacional desse país europeu, dispõe de uma Linha de Ação Estratégica de desenvolver o potencial de recursos humanos desde a esfera escolar, fortalecendo uma noção de segurança e alimentando uma cultura de defesa no início da formação do caráter do cidadão.

Promover, através das instituições da educação e da segurança e defesa nacional, uma cultura de segurança e promover nos programas escolares os valores nacionais e a formação para um patriotismo democrático e cosmopolita. (CEDN, 2013, p.61).

Dessa forma, pode-se inferir que os esforços educacionais para despertar uma mentalidade de defesa são cruciais para uma melhor percepção situacional dos riscos e ameaças a que as nações estão submetidas.

#### 4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As análises das fontes bibliográficas e da produção de trabalhos acadêmicos de diversos autores sobre a temática apontam em uma maior necessidade de conscientização da sociedade brasileira no futuro sobre a temática.

A ampliação do conhecimento do tema no campo acadêmico atualmente enseja a continuidade dos incentivos integrados entre Educação e Defesa. Desta forma, contribui-se para o desenvolvimento de uma cultura de defesa que se aplique a todos os cidadãos brasileiros para permitir à criação de políticas públicas mais contundentes no combate as questões de segurança e mais consistente para a Defesa Nacional.

Uma sociedade consciente e alertada favorece a gestões estratégicas mais robustas por intermédio de civis e militares, unindo estudiosos e combatentes em políticas e ações que fortaleçam o poder do Estado.

É possível afirmar, por conseguinte, que a conscientização da sociedade acadêmica brasileira não está consolidada, entretanto está em amadurecimento. Os incentivos para inserção dos estudos na área de defesa no meio acadêmico estão em andamento e o pensamento sobre a temática está em construção, por meio de uma formação crescente de especialistas.

Isto posto, a importância da continuidade desses esforços consiste em aproveitar o êxito inicial obtido pelo Programa Pró-Defesa em cooperação acadêmica com instituições civis, e ampliar o fomento para contribuir em políticas e estratégias compatíveis com a grandiosidade do Brasil neste século com inúmeros desafios.



## REFERÊNCIAS

ADAS, Melhem. **Panorama geográfico do Brasil**. 4. ed. São Paulo: Moderna, 2004.

ALMEIDA, C. W. de. Política de Defesa no Brasil: considerações do ponto de vista das políticas públicas, **Opinião Pública**, Campinas, jun 2010.

BRASIL. Ministério da Defesa. **Cenários de Defesa 2020 – 2039** – sumário executivo / Ministério da Defesa, Assessoria Especial de Planejamento. Brasília: A Assessoria, 2017.

CERON, A.B. **Informação e política de defesa: o debate da defesa no Brasil após 1988**. 2012. 110 f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2012.

CORRÊA, Glauco. **A Política de Defesa do Brasil no Século XXI**. Coleção Meira Matos, Rio de Janeiro, v.8, n.31, p.29;38, jan.abr.2014.

DUARTE, A.P. **Modelo de Educação para a Cultura de Segurança e Defesa: os casos da Espanha, da França e do Reino Unido**, Strategic Paper, Instituto de Defesa Nacional, Lisboa, 2013.

HIROSHI, Edson. **Desenvolvimento do pensamento de Defesa nos estudos acadêmicos brasileiros**. 2017. Monografia. ECEME, 2017.

MORGENTHAU, Hans J. **A política entre as nações: a luta pelo poder e pela paz**. Tradução de Oswaldo Biato. Brasília, ed. Universidade de Brasília. Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais, 2003.

NYE J.S. **O futuro do poder**, Tradução de Luís Oliveira Santos. Lisboa: Temas e Debates, 2012.

PAIVA, F. C. G.. **A promoção da cultura de defesa no Brasil: 2008-2016**. Monografia. Repositório institucional online do UniCEUB, disponível em: <http://repositorio.uniceub.br/handle/123456789/2212>.

PEREIRA, Carlos. **Geopolítica Mundial e do Brasil no Século XXI**. 4. Rio de Janeiro: Bibliex, 2018.

PORTUGAL, GOVERNO. **Concepção Estratégica de Defesa Nacional**, disponível em: [https://www.idn.gov.pt/conteudos/documentos/CEDN\\_2013.pdf](https://www.idn.gov.pt/conteudos/documentos/CEDN_2013.pdf).

\_\_\_\_\_. **Livro Branco de Defesa Nacional**. Brasil: Ministério da Defesa, 2012c. Disponível em: [https://www.defesa.gov.br/arquivos/estado\\_e\\_defesa/livro\\_branco/livrobranco.pdf](https://www.defesa.gov.br/arquivos/estado_e_defesa/livro_branco/livrobranco.pdf)

\_\_\_\_\_. **Política e Estratégia Nacional de Defesa Brasil**: Ministério da

Defesa,2012c. Disponível em:  
<[https://www.defesa.gov.br/arquivos/estado\\_e\\_defesa/END-PND\\_Optimized.pdf](https://www.defesa.gov.br/arquivos/estado_e_defesa/END-PND_Optimized.pdf)>

SANTOS, J. C. dos. **Defesa da Cultura, Cultura da Defesa**. Revista do Mestrado em História. Vassouras, v.13, 2011.

## **ANEXO A: Solução Prática**

A presente pesquisa concluiu que é necessário uma maior conscientização da sociedade brasileira sobre a temática da Defesa. É de vital importância a disseminação desse assunto no campo acadêmico, entendido como um setor propagador de idéias. Desta forma, o Ensino Superior merece atenção especial, com o objetivo aumentar a difusão do conhecimento nessa área.

Para que seja ampliado o debate sobre o tema Defesa no sistema educacional de nível superior, é importante que:

- A integração entre o Ministério da Defesa e da Educação seja mantida a fim de permitir a continuidade do Programa de Apoio ao Ensino e a Pesquisa Científica e Tecnológica em Defesa Nacional.

- O aperfeiçoamento Programa Pró-Defesa de maneira que aumente o interesse da Academia gradativamente e o entendimento da relevância dos estudos acadêmicos em Defesa concomitante com outras áreas do conhecimento.

- A criação de novos projetos, programas e iniciativas de incentivo a Cooperação-Acadêmica com instituições civis sejam elaborados, a fim de fomentar o envolvimento da sociedade acadêmica nas questões de Defesa Nacional.

- O acompanhamento e reconhecimento dos recursos humanos especializados em Defesa, para que os esforços governamentais resultem em especialistas que contribuam com políticas públicas eficientes e pensamento estratégico adequado aos desafios do Século XXI, relacionados a segurança e defesa do país.